



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

RELATÓRIO ANUAL DA PROCURADORIA DA COMARCA DE BEJA - ANO 2018 -

I

ANÁLISE DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

ÁREA CÍVEL

A intervenção do Ministério Público na jurisdição cível da Comarca de Beja continua a processar-se em moldes idênticos aos reportados em anos anteriores.

Por factores já dissecados - concentração nos Tribunais Administrativos e Fiscais da competência para a tramitação das acções do contencioso patrimonial do Estado e a transferência para as Conservatórias do Registo Civil e Cartórios Notariais das competências em determinadas matérias - *divórcios, controle de legalidade de estatutos de associações civis, processos de justificação notarial e inventários* – parte significativa da actividade do Ministério Público nesta área sofreu forte restrição.

As intervenções mais relevantes na área cível continuam a ocorrer no segmento da defesa dos interesses de incapazes e ausentes – onde se continua a verificar um fluxo contínuo de acções, com aumento exponencial - **269 (duzentas e sessenta e nove) acções** propostas (interdições) e **4 (quatro)** inabilitações -. Foi contestada **uma** acção de interdição.

Foram propostas **duas acções** relativas ao contencioso patrimonial do Estado e contestada **uma**.

Foi contestada **uma** acção em defesa dos interesses de incapaz.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Foram propostas **duas** acções relativas a interesses difusos – vd. mapa CV1 -.

*

O Ministério Público instaurou **duas** acções, acções essas cujos pedidos totalizaram **€90.367,29** e contestou **duas** no valor total de **€102.500,00** – Mapa CV3.

*

Não foi interposto qualquer recurso e foi respondido **um** – Mapa CV4 -.

Em síntese, poderemos afirmar que o Ministério Público exerceu nesta jurisdição todas as competências que por Lei lhe estão atribuídas com qualidade e assegurando a defesa dos interesses que lhe estão confiados, não existindo objectivos estratégicos ou processuais pré-definidos a cumprir.

ÁREA CRIMINAL

A frequente – e inevitável – mobilidade do quadro de magistrados da Comarca – **sete** procuradorias num total de catorze – continua a provocar perturbações no andamento dos serviços. Todavia o balanço geral, com uma ou outra excepção - não muito significativa - continua a ser bastante positivo, sem que tivessem ocorrido situações de acumulação ou atrasos dignos de nota.

Inquéritos

No ano de 2018 - de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro - deram entrada na Procuradoria da Comarca de Beja **4815** (quatro mil oitocentos e quinze) inquéritos. Número ligeiramente superior ao do ano de 2017, mas que não traduz qualquer tendência de variação.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Findaram **5137** (cinco mil cento e trinta e sete) inquéritos.

Foram suspensos **278** (duzentos e setenta e oito) inquéritos.

Verificam-se ligeiros aumentos de pendência em **três** Procuradorias - uma (Serpa) com valores irrisórios - e diminuições nas outras.

Globalmente o resultado é francamente positivo – saldo favorável de **322** (trezentos e vinte e dois) inquéritos, o que corresponde a uma diminuição da ordem dos **8,69%** - sendo certo que se parte de um patamar já bastante baixo o que, nestas circunstâncias, mais difícil se torna obter ganhos significativos.

Relativamente às Procuradorias cujo saldo se apresenta negativo há que referir o seguinte:

Em **Cuba** em 1 de Janeiro de 2018 estavam pendentes **167 inquéritos** e, em 31 de Dezembro de 2018, **227 inquéritos**, com **19** processos suspensos.

Em **Ourique**, em 1 de Janeiro de 2018 existiam **223 processos** e em 31 de Dezembro **255**, com **19** processos suspensos.

Em **Serpa**, em 31 de Janeiro de 2018 existiam **203** inquéritos pendentes e em 31 de Dezembro **208**, com **15** suspensos.

Como se alcança destes números – e com a excepção de Cuba - o aumento de pendências não é relevante.

As restantes Procuradorias apresentam resultados positivos, cumprindo um dos objectivos principais - chegar ao fim do ano com **menos processos** que aqueles que vinham do ano anterior.

O recurso aos mecanismos de simplificação e consenso continua a apresentar valores bastante razoáveis, bons mesmo em algumas situações. No total, foram deduzidas **659 acusações** na Comarca de Beja.

O mecanismo previsto no **artº 16º nº 3** do CPP foi usado em **81** ocasiões.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

A acusação em **processo abreviado** em **38** ocasiões e o processo sumaríssimo em **67** ocasiões. Foram arquivados **9** inquéritos nos termos do disposto no **artº 280º do CPP** e foram **suspensos provisoriamente** (artº 281º do CPP) **278** processos – Vd. Mapa CRIM 1 -

Há uma estabilização no recurso a estes mecanismos em toda a Comarca.

Continuaremos a insistir junto dos magistrados da Comarca pelo seu uso intensivo, já que se nos afigura ser possível incrementá-lo.

Há algum equilíbrio entre o número de processos pendentes no início do ano e os findos no mesmo período, ainda que no ano transacto se tenha verificado uma diminuição apreciável do número de inquéritos pendentes. A partir de um certo patamar, que já se atingiu, torna-se extremamente difícil obter ganhos significativos em termos de redução de pendências.

O desempenho de Procuradorias que não lograram apresentar saldos positivos em alguns dos itens referidos, não se nos afigura merecer especiais reparos, dado que os deficits apresentados são de grandezas pouco significativas e fruto de conjunturas aleatórias – Cuba e Ourique nomeadamente, viram as respectivas magistradas serem substituídas por colegas vindas do quadro complementar – caso de Cuba – ou em regime de acumulação – caso de Ourique.

Mantém-se em Beja um claro desequilíbrio entre os quadros das duas magistraturas. O número de juízes é agora de **7** – mas irá passar para **8** - e o número de magistrados do Ministério Público é de **4**, sendo um afecto exclusivamente à Procuradoria junto do juízo central cível/criminal.

Mantém-se a estrutura do DIAP de Beja já referida no relatório anterior.

A 2ª secção continua pois a não poder cumprir o objectivo para que foi criada.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Assim, quaisquer alterações que viessem a ser introduzidas nesta secção, por forma a dotar o DIAP de um mínimo de especialização, careceriam sempre do necessário suporte humano.

Será talvez oportuno recordar, numa conjuntura em que a Procuradoria-Geral da República pretende apostar – e bem – num processo de especialização na investigação de determinados fenómenos criminais – **cibercriminalidade e violência doméstica**, designadamente – que em Beja/sede o DIAP é apenas constituído por **dois** magistrados que, para além de assegurarem a investigação criminal – com uma média de processos entrados/ano de **700/800 cada** – ainda têm a seu cargo a representação na jurisdição cível e a tramitação de todos os processos administrativos.

Acresce que as funções de JIC são desempenhadas em **toda a Comarca** pelos juízes dos respectivos juízos de competência genérica – em Beja pela juíza do juízo local criminal – cujas competências se circunscrevem às áreas da sua jurisdição. Este desfasamento implicará, caso se opte por afectar todos os processos relacionados com a cibercriminalidade e violência doméstica, por exemplo, a um só magistrado que este, sempre que tenha de fazer intervir o JIC num inquérito onde se investigue qualquer uma destas espécies criminais, se tenha de deslocar ao juízo local territorialmente competente o que, em Beja, pode implicar deslocações de mais de 100 KM...

Continuam a ser relativamente escassas as situações em que são aplicadas medidas de coacção privativas de liberdade – Mapa CRIM 3 -.

No Mapa CRIM 4 verifica-se uma melhoria significativa na recolha da informação relativa aos fenómenos criminais por espécies e subespécies, embora ainda subsistam algumas deficiências – crimes contra idosos e contra menores -.

No Mapa 6 consta o resultado das suspensões provisórias.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

A desconformidade entre os dados do Mapa CRIM 1 e os dados deste Mapa fica-se a dever ao facto de aqui terem sido incluídos inquéritos suspensos em 2017.

A adesão a este instituto vem-se revelando muito positiva como o demonstram os resultados constantes do Mapa CRIM 6.

Mediação penal

A mediação penal continua a não ter qualquer expressão na Comarca de Beja, como tem sido reportado em relatórios anteriores – Mapas 7 e 8.

Instruções

Foram instauradas em toda a Comarca **57** instruções o que, num universo de **5137** inquéritos findos (**1,1%**) revela um apreciável grau de acerto nas decisões tomadas em sede de inquérito – Vd. Mapa 9 -.

Processos especiais

Foram realizados **160** julgamentos sumários e requeridas **126** suspensões provisórias – Mapa 10 -.

No conjunto da Comarca findaram **873 processos** - comuns e especiais – Mapa Crim 11-.

Recursos

Foram interpostos pelo Ministério Público **12** recursos e respondidos **115** – Mapa CRIM 12.

Recuperação de Activos

Mapas 13, 14 e 15 sem qualquer incidência.

Internamentos Compulsivos

Deram entrada **56** internamentos compulsivos e findaram **44** – Mapa CRIM 19 -.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Contra-Ordenações

Foram apresentados em juízo **101** recursos de contra-ordenação e findaram **85** – Mapa CRIM 20 -.

Avaliação Geral

A avaliação da intervenção do Ministério Público na área criminal é positiva.

Embora nem todos os objectivos propostos tenham sido atingidos o resultado, globalmente considerado, não pode deixar de se considerar satisfatório. E só não nos atrevemos a considerá-lo bom por que teima em subsistir uma “mancha” que perturba o panorama geral. Apesar de todos os esforços e incentivos, mormente através do contacto directo e permanente com os magistrados mais afectados, ainda subsiste uma elevada percentagem de processos pendentes há mais de 8 meses – **38,01%** do total – quando esse valor, em nossa opinião, nunca deveria ficar acima dos 20%/25%.

Casos como o da Procuradoria de Moura – que é único - em que esse valor ultrapassa os 50% (!) terão de ser resolvidos com o recurso a novas reafecções de processos a outros magistrados.

Quanto ao uso dos mecanismos de simplificação e consensualização verificou-se uma estabilização.

ÁREA DE EXECUÇÕES

Assume especial relevo nesta área o capítulo da execução por custas/multas/coimas. Num total de **452** execuções instauradas pelo Ministério Público – Mapa EXEC 1 – **434** foram no exercício dessa competência.

O montante dos créditos foi de € **632.765,00** (seiscentos e trinta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco euros).



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Foi também no âmbito das execuções e em representação da Fazenda Nacional que se realizaram mais – **17** – reclamações de créditos – Vd. Mapa EXEC 2 -.

Não foram interpostos recursos pelo Ministério Público – Mapa EXEC. 3 -.

Não foram detectadas situações de insuficiência ou falta de qualidade da resposta, tendo o Ministério Público assegurado cabalmente a representação de todas as entidades a quem deve patrocínio ou representa organicamente.

ÁREA DE COMÉRCIO

Não existe na Comarca de Beja juízo especializado nesta área de jurisdição, pelo que as competências estão distribuídas pelos vários juízos que a compõem (exceptuando os especializados).

Continua a ter especial relevância a actuação no domínio do **processo de insolvência**.

Foram tramitados no ano judicial **81** processos de insolvência, sendo **11** vindos do ano anterior – Mapa COM 1 -.

O Ministério Público emitiu **6** pareceres em qualificação de insolvência; participou em **18** assembleias de credores e efectuou **42** reclamações de créditos – Mapa COM 2 -.

O montante total das reclamações apresentadas, em representação de várias entidades – mas quase exclusivamente em representação do Estado – ascende a € **706 046,795** – Mapa COM 3 -.

Não foram rateados créditos – Mapa COM 4 -.

Foram instaurados **11** processos de revitalização e findaram **10** – Mapa COM 5 -.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Foram instauradas pelo Ministério Público **7** acções declarativas/providência cautelares/acção de verificação ulterior de créditos. – Mapa COM 6 -

Não foram interpostos nem respondidos recursos – Mapa COM 7 -.

Também aqui não foram detectadas situações de insuficiência ou falta de qualidade da resposta, tendo o Ministério Público assegurado cabalmente a representação de todas as entidades a quem deve patrocínio ou representa organicamente, constatando-se uma diminuição sensível da representação.

ÁREA COMUM

Foram cumpridas **11** cartas rogatórias – Mapa MC 1 -.

Foram suscitadas **3** intervenções hierárquicas e decididos **60** conflitos de competência, sendo de referir que não existindo magistrado com funções de coordenação sectorial – para o crime nomeadamente – é ao magistrado coordenador da Comarca que compete proferir tais decisões – Mapa MC 2 -.

Foram instaurados, ao todo **799** processos administrativos. Aumentou exponencialmente o número de processos administrativos na área cível – **409** – quase todos tendo em vista a propositura de acções de interdição -. Especial incidência ainda, dada a natureza da intervenção do Ministério Público nessas áreas, para as áreas de **família e menores** com **170** processos e **trabalho** com **123** processos – Mapa MC 3 -.

Estes números traduzem uma dinâmica muito positiva da intervenção do Ministério Público em áreas tão sensíveis da sua actividade como são a defesa dos interesses de menores e dos trabalhadores e demonstram a existência de uma relação de confiança no trabalho desenvolvido.

Por outro lado, os resultados do Mapa MC 4 – **Atendimento ao Público** – confirmam esta realidade.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Foram realizados, ao todo, **769** atendimentos, sendo que **200** foram na jurisdição de família e menores e **198** na jurisdição de Trabalho.

Estes números espelham a importância do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público nestas – não só nestas, mas sobretudo aqui – jurisdições onde assegura, como interveniente principal, actuando em nome próprio ou em representação de terceiros, a movimentação de parte substancial do serviço desses Tribunais.

ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES

Como se sabe, as Procuradorias de Almodôvar, Moura, e Ourique readquiriram competências no domínio desta jurisdição o que, de certo modo, veio responder a uma necessidade de descentralização e reaproximação da tutela jurisdicional das populações destes concelhos.

A Procuradoria junto do juízo central de família e menores encontra-se actualmente instalada em Beja/sede, o que se traduz numa significativa melhoria na acessibilidade para todos os utentes.

A solução encontrada, que tem contribuído para um descongestionamento dos serviços e uma maior liberdade de acção da senhora Procuradora da República, quer no serviço de natureza estritamente processual, que na interacção com outras instâncias – nomeadamente as CPCJ,s – apresenta, pois estes aspectos positivos.

A senhora Procuradora da República no juízo central continua a desempenhar com assiduidade as funções de coordenadora sectorial desta área.

Entrou-se assim num outro patamar em termos de coordenação e controlo da actividade desenvolvida pelo Ministério Público nesta área de actividade, com a firme convicção de que múltiplos benefícios advirão no conjunto de trabalho desenvolvido.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Embora ainda ocorram alguns dos constrangimentos reportados, constata-se uma melhoria na intervenção do Ministério Público no acompanhamento do trabalho das CPCJ,s realidade que os mapas anexos comprovam.

Actualmente encontra-se colocada na Procuradoria do juízo central apenas uma magistrada.

O quadro de funcionários continua a padecer de todos os constrangimentos já referidos anteriormente e, tudo indica, assim se manterá por muito mais tempo. O Ministério Público continua a assegurar o seu serviço com recurso a funcionários dos quadros das secretarias judiciais.

Cumprе no entanto dizer que o funcionário (novo) aí colocado continua a assegurar as suas tarefas de forma satisfatória.

Procedimentos do MºPº previstos no DL 272/2001

Como resulta do Mapa FM 1 deram entrada neste período **24** processos de autorização para a prática de actos e findaram **24**, ficando pendentes de decisão para o ano seguinte **10**. Deu entrada **1** (um) processo para suprimimento de consentimento que já findou. Deram ainda entrada **2** processos para autorização para alienação/oneração de bens, processos esses que já findaram.

Acordos de regulação das responsabilidades parentais

Artº 14º do DL nº 272/01

Foram recebidos **85** e emitidos **76** pareceres de concordância e **3** de não concordância – Mapa FM 2 -.

Acções tutelares cíveis e incidentes

Continua a verificar-se uma especial incidência de processos pendentes para regulação do exercício das responsabilidades parentais,



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

tendo sido tramitados, ao todo, **1141** processos, englobando processos vindos do ano anterior e entrados neste ano – Mapa FM 3 -.

Averiguações oficiais de Paternidade e Maternidade

Foram instauradas **12** averiguações oficiais de paternidade/maternidade.

Processos de Promoção e Protecção

Foram instaurados **39** processos de promoção e protecção (todos pelo Ministério Público) e decretadas **34** medidas. Não há processos pendentes há mais de 6 meses sem aplicação de medida - Mapa FM 5 -.

Procedimentos de urgência

Foram requeridos **2** procedimentos judiciais de urgência – Mapa FM 6 -.

Interlocução das CPCJ

A intervenção do Ministério Público nesta área está documentada no Mapa FM 7.

Visitas a instituições de Acolhimento

Não foram realizadas visitas a instituições de acolhimento – Mapa FM 8 -.

Inquéritos Tutelares Educativos

No ano judicial transacto deram entrada **113** processos que acumularam com os 47 que vinham do ano anterior – Mapa FM 9 -. Findaram no total **85** processos.

Transitaram para este ano **52** inquéritos tutelares, dos quais apenas **25** pendentes há mais de 3 meses, o que também se nos afigura bastante positivo.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Factos qualificados como crime investigados em ITE

Os elementos recolhidos não demonstram o predomínio de qualquer espécie criminal em concreto. Destacam-se os crimes de ofensa à integridade física, furto e furto qualificado – Mapa FM 11 -.

ITE

Detenção e medidas cautelares de guarda

Não foram decretas quaisquer medidas – Mapa FM 12 -.

PTE

Resultado da fase jurisdicional

Findaram **23** processos com aplicação de medida e **2** foram remetidos a outro juízo – Mapa TRAB 13 -.

Visitas a Centros Educativos

Não existem na área da Comarca – Mapa FM 14 -.

R

Recursos

Foram interpostos **10** recursos e foram respondidos **7** – Mapa FM 15 -.

Foi julgado improcedente **um**.

ÁREA DE TRABALHO

O juízo central de trabalho de Beja encontra-se presentemente estabilizado, sem as sequelas de problemas anteriormente denunciadas.

A sr^a Procuradora da República exerceu todas as competências atribuídas a esta magistratura, em tempo e com qualidade.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Não foram estabelecidos objectivos estratégicos ou processuais quantificáveis para a jurisdição de trabalho.

Não são reportados casos de insuficiência ou falta de qualidade da resposta.

Acções Laborais

O Ministério Público propôs **28** acções, das quais **24** foram julgadas procedentes e nenhuma improcedente – Mapa TRAB 1 -.

Mesmo no domínio do processo comum, mantém-se a tradição de o Ministério Público continuar a assegurar parte significativa do movimento processual deste juízo.

Processos por Acidente de Trabalho

Deram entrada **133** processos por acidente de trabalho, sendo **7** mortais - Mapa TRAB 2 -.

Processos por Acidente de Trabalho

Fase conciliatória

Subsistem divergências com a estatística do Mapa TRAB 2.

Persiste a prática de contabilizar o “**regresso**” de muitos processos que já tinham transitado para a fase contenciosa – para entregas de capital de remição, v.g. – à fase conciliatória e que voltam a ser contados como se fossem novos processos – Mapa TRAB 3 -.

Processos por Acidente de Trabalho

Patrocínio do Ministério Público

O Ministério Público apresentou **12** petições em processo de acidente de trabalho. Tradicionalmente, são poucos os casos de acidente de trabalho mortal (e não só) que transitam para a fase contenciosa - Mapa TRAB 4 -.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Actividade do Ministério Público conexa com Processos por acidente de trabalho

Foram apresentados **9** requerimentos para junta médica, **5** para revisão de incapacidade e foram feitas **126** entregas de capital de remição. Procedeu-se à actualização de **37** pensões. – Mapa TRAB 5 -.

Processos por Doenças Profissionais propostas pelo Ministério Público

Não foi instaurado qualquer processo por doença profissional – Mapa TRAB 6.

Outras Acções especiais com intervenção do Ministério Público

Foram instauradas **5** acções especiais de impugnação de despedimento – Mapa TRAB 7 -.

Impugnações Judiciais em Processos de Contra-ordenação

Foram apresentados **44** recursos em processo de contra-ordenação. Foram decididos **51**, sendo **42** por sentença e **5** por despacho - Mapa TRAB 8 -.

É de salientar a elevada taxa de **insucesso** neste tipo de processos (apenas 15 recursos não providos) se considerarmos como tal a “improcedência” da acusação corporizada no processo enviado pela autoridade administrativa.

As explicações são várias. De uma maneira geral os processos de contra-ordenação não são bem instruídos, são cometidas irregularidades, incorre-se com frequência em nulidades, a prova produzida é sistematicamente ignorada, os fundamentos das decisões administrativas são praticamente decalcados uns dos outros. Acresce que a jurisprudência que vai fazendo caminho equipara o processo de contra-ordenação a um



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

autêntico processo penal, com a mesma solenidade, garantias e formalismos.

Dado que a administração, em muitos casos, não está preparada para as exigências de uma tramitação tão complexa como a que resulta do regime próprio das contra-ordenações associado ao processo penal, o resultado acaba por ser este. Por outro lado a ACT continua a manifestar grande resistência a qualquer alteração de procedimentos, ainda que aconselhada pelo Ministério Público.

Recursos

Foi interposto **1** recursos pelo Ministério Público e foram respondidos **7** – Mapa TRAB 9.

Sobre a recolha de elementos do CITIUS, para além do que já se disse em relatórios anteriores, vimo-nos confrontados este ano com uma dificuldade suplementar.

Em Janeiro de 2019 os magistrados de todas as Procuradorias, com excepção de Beja, não eram os mesmos que aqui estavam em funções em 2018. Previmos essa situação – para o que antecipámos a recolha de dados, ainda no ano 2018, mas limitando-a ao mês de Novembro –.

Contudo, o pouco tempo disponível, associado ao facto de os funcionários do M^oP^o - e das secretarias - continuarem a revelar grandes dificuldades na extracção dos elementos necessários à elaboração dos mapas – cuja informação, por vezes, nos obriga a uma verificação processo a processo – limitou em muito a qualidade e os resultados vertidos nestes elementos estatísticos.

Para além disso, ao contrário de outras Procuradorias de Comarca, o Ministério Público em Beja não tem funcionário próprio...

Acresce que, se no que respeita ao serviço específico do Ministério Público ainda é possível fixar critérios que facilitam o trabalho no



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

momento da recolha de dados, já no que se refere aos processos da secção, uma vez que a maior parte dos elementos que constam dos mapas as secções não os registam, é necessário verificar processo a processo qual o sentido da decisão.

De qualquer modo, tal como referimos no ano anterior, a verdade não andarão longe da realidade traduzida nos mapas ora elaborados.

Globalmente considerado, o trabalho do Ministério Público na Comarca de Beja, tomada no seu conjunto, correspondeu às solicitações, podendo considerar-se **boa**.

II

APRESENTAÇÃO SUCINTA

II.1.

Pendências processuais excessivas – situações não resolvidas.

Continuam a não existir pendências processuais excessivas na Comarca de Beja, como se pode concluir pela análise dos mapas das várias jurisdições, mormente o Mapa CRIM 1, e os Mapas FM 5 e FM 9, apesar de, pontualmente, alguns desempenhos pudessem ter sido mais positivos (DIAP-Procuradorias de Cuba e Ourique).

Quanto ao DIAP de Beja persiste, por motivos já conhecidos da hierarquia, a situação anteriormente referenciada. Continua a existir uma grande disparidade entre o grau de produtividade e de qualidade de trabalho dos dois magistrados afectos à investigação criminal.

Optámos por não referenciar superiormente outros casos que entretanto foram surgindo – nomeadamente conclusões por cumprir há tempo excessivo – aguardando pela decisão do CSMP sobre o processo inspectivo realizado recentemente à senhora Procuradora Adjunta.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Tal como no ano anterior – 2017 - no ano transacto ocorreram alguns constrangimentos no normal funcionamento dos serviços, com repercussões em várias Procuradorias da Comarca.

A partir de Março de 2017 a magistrada titular da Procuradoria de Cuba entrou em situação de baixa com gravidez de risco, situação que manteve até ao final das férias judiciais da Páscoa. A situação foi resolvida com recurso a uma magistrada do quadro complementar cuja prestação não podemos considerar boa.

Em Ourique a partir de Outubro e, mais acentuadamente, Novembro, a magistrada titular também entrou em situação de baixa com gravidez de risco, situação que manteve até ao final do ano judicial. Assim, não tendo sido possível recorrer ao quadro complementar por ausência de recursos, foi necessário implementar um esquema de trabalho que minorasse os inconvenientes daí decorrentes, o que envolveu a participação dos magistrados de Almodôvar e Odemira – vd. nossa **O.S. nº 9/18 – SIMP 5** de Novembro -.

Como se referiu verificou-se um ligeiro aumento de pendência em Serpa (cinco inquéritos), aumento esse a que não damos especial relevo.

Em síntese: será realizado um esforço no sentido de dar cumprimento às directrizes emanadas da PGR em matéria de concentração e especialização da investigação criminal, com as quais estamos em total sintonia. Contudo, dadas as características da Comarca e o desfasamento entre o quadro de juízes e magistrados do Ministério Público tal desiderato comportará dificuldades de vária ordem, cuja ultrapassagem, por enquanto se nos afigura difícil.

Quanto ao juízo central de família e menores, os números exibidos confirmam que os constrangimentos referidos em relatórios anteriores já foram ultrapassados.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

II.2.

Persistentes insuficiências

PROCURADORIA-GERAL DISTRICTAL DE ÉVORA

COM ARCA	UNIDA DE	Quadro legal				Preenchimento do quadro (situação atual)				Necessidades				Colocações previstas pela DGAJ				URGÊ NCIA (RUPT URA)
		Sec ret. Jus tiça	Té cn. Ju st. Pri nc.	Té cn. Ju st. Ad j.	Té cn. Ju st. Au x.	Sec ret. Jus tiça	Té cn. Ju st. Pri nc.	Té cn. Ju st. Ad j.	Té cn. Ju st. Au x.	Sec ret. Jus tiça	Té cn. Ju st. Pri nc.	Té cn. Ju st. Ad j.	Té cn. Ju st. Au x.	Sec ret. Jus tiça	Té cn. Ju st. Pri nc.	Té cn. Ju st. Ad j.	Té cn. Ju st. Au x.	
Beja	Almodôv ar			1				0				1						x
	Beja		1	6	4		1	2	3			4	1					x
	Cuba			1				1										
	Ferreira Alentejo			1				1										
	Odemira			1	1			0	2			1						
	Ourique			1				0				1						x
	Moura			1				0				1						x
	Serpa			1				0				1						x
TOT AIS			1	13	5		1	4	5		0	9	1					x

O quadro de funcionários do Ministério Público da Comarca de Beja continua amplamente deficitário. Não vamos desta vez repetir o que se disse em relatórios anteriores. Há melhorias – em Beja e Odemira. São, no entanto, pontuais e em risco de retrocesso – as funcionárias de Beja (duas) são originárias do Norte do País e, em breve, pedirão transferência.

A situação está, pois, ligeiramente – muito ligeiramente - melhor.

Quanto à situação das secretarias ela também não é melhor. Mantém-se todas as insuficiências também já reportadas.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Diremos apenas - para que se fique com uma ideia mais precisa do estado de pré-ruptura em que a Comarca se encontra - que a taxa de preenchimento dos lugares de oficial de justiça era, em 31/12/18, de **75%! (104 lugares do quadro legal e 78 oficiais de justiça em funções).**

As condições físicas de trabalho não apresentam um panorama tão negro, embora ocorram situações pontuais que urge resolver. Há edifícios em boas condições e edifícios a necessitar de obras de reparação e conservação. São situações que vão sendo resolvidas à medida que os problemas surgem, mas que não comprometem o normal funcionamento dos serviços.

Foi finalmente resolvido o problema de localização das instalações do Juízo central de família e menores, que se encontra actualmente sediado em Beja, instalado em módulos amovíveis – tal como o juízo central de trabalho - que cumprem com dignidade a sua função.

Foram-nos reportadas situações pontuais de escassez de meios técnicos (fotocopiadoras, impressoras, etc.) e outros equipamentos que têm sido solucionadas sem prejuízo para o serviço.

II.3.

Meios periciais e assessoria técnica – lacunas e insuficiências.

Não nos foram reportadas situações de bloqueamento provocadas por eventuais insuficiências de resposta dos meios periciais ou de assessoria técnica.

Continua, contudo, a ser reportada alguma lentidão no domínio das perícias em matéria de criminalidade económico-financeira e informática e nas perícias à letra que são morosas e muitas vezes inconclusivas.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

II.4.

Medidas de organização e métodos de trabalho...

Foi dada continuidade à realização de contactos com os OPC,s tendo em vista a troca de opiniões e o estabelecimento de entendimentos comuns sobre matérias que vinham suscitando maiores dúvidas e diversidade de orientações.

Foi ainda dada continuidade aos contactos com outras entidades, nomeadamente as Autoridades de Saúde do Distrito de Beja e a Direcção Regional de Cultura do Alentejo a propósito da resolução de questões de natureza prática e procedimental.

Foram debatidos vários temas, numa perspectiva prática, como se referiu, numa tentativa de estabelecer procedimentos uniformes e entendimentos comuns constatando-se, lamentavelmente, inúmeras resistências da parte dos clínicos – autoridades de saúde concelhias nomeadamente – em cooperar com os serviços do Ministério Público e com os OPC,s.

No seguimento de iniciativas anteriores, foram ainda dinamizadas orientações, sobre a harmonização dos prazos iniciais de inquérito e procedimentos diferenciados em função da criminalidade concreta; procedimentos a adoptar nos casos em que o OPC requer a prorrogação de prazo – necessidade da proposta ser devidamente fundamentada; procedimentos a adoptar nas resenhas a que alude o artº 4º da Lei nº 67/17 de 9 de Agosto; Procedimentos vários a adoptar na investigação do crime de tráfico de estupefacientes; sistematização de procedimentos a adoptar nos casos da criminalidade cometida com recurso a meios informáticos – mormente as burlas da “internet”; procedimentos a adoptar em casos de recusa de depoimento por parte de quem tem o dever de o prestar; sobre a violência doméstica foram prestados esclarecimentos sobre a elaboração das fichas RVD,s; foram prestados esclarecimentos sobre o accionamento da localização celular e suas limitações; foram definidos critérios para os contactos dos OPC,s com os magistrados de turno.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

*

Ao contrário do propósito inicial, constatou-se que os mapas mensais que foram instituídos, não deram um contributo relevante para a recolha de informação, revelando-se um encargo burocrático adicional, que se impõe reestruturar ou, em alguns casos, suprimir.

II.5.

Iniciativas de construção de boas práticas

Mantém-se os procedimentos implementados nos anos anteriores quanto ao relacionamento com a PJ, na delimitação do campo de actuação dos OPC,s em áreas da exclusiva competência daquela polícia.

Não foram reportadas quaisquer situações de conflito.

Foram estabelecidos entendimentos com os OPC,s, na sequência da reunião já referida, que permitiram uniformizar algumas práticas que se julgavam inadequadas, mormente na recolha de vestígios nos locais do crime, na abordagem da vítima, designadamente no crime de violência doméstica, etc.

Incrementámos a periodicidade das reuniões dos srs. magistrados com os OPC,s de cada secção, por forma a estabelecer estratégias de combate a fenómenos de criminalidade especificamente local e de sazonalidade.

II.6.

Avaliação da qualidade de serviço prestado aos cidadãos

A intervenção do Ministério Público na Comarca de Beja é pautada por critérios de qualidade, não tendo existido reclamações da actuação de qualquer magistrado.

É de notar que, ao todo na Comarca, o Ministério Público realizou **769** atendimentos – Mapa MC 4 – com especial destaque, para além das jurisdições de família e menores e trabalho, para a área cível.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

O atendimento especializado na jurisdição de menores é realizado também nas Procuradorias de Almodôvar, Moura, Ourique e Odemira, para além daquele que é feito, complementarmente, nas demais Procuradorias e que entendemos manter.

Os constrangimentos decorrentes da centralização numa única instância foram atenuados, fruto da atribuição de jurisdição especializada aos juízos locais mais periféricos.

*

No que concerne à investigação criminal, dada a escassa incidência de criminalidade grave, organizada ou complexa – a criação de uma secção criminal especializada, que se deseja, levaria a nela incluir muitos delitos que em outras Comarcas poderiam ser excluídos – ganha alguma preponderância o tratamento de certo tipo de criminalidade – v.g a violência doméstica – cuja investigação tem vindo a ser articulada (formas de comunicação, procedimentos, contactos) com os OPC,s, por forma a melhor responder a esse fenómeno.

Estas considerações, que voltamos a reproduzir, ganham outra amplitude, face às iniciativas que a PGR pretende ver implementadas visando uma maior concentração e especialização da investigação de algumas espécies criminais.

De todo o modo, a resposta aos fenómenos criminais no seu conjunto apresenta um saldo francamente positivo, tendo-se verificado uma estabilização da actividade criminosa relativamente ao ano de 2017.

A percentagem de inquéritos pendentes há mais de 8 meses é actualmente de **38,01%** - **809** pendentes há mais de 8 meses para um total de **2128** processos pendentes.

Continuaremos a esforçar-nos por baixar ainda mais esta percentagem, que continuamos a considerar alta.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

É de realçar, no entanto, que durante o ano transacto foi possível reduzir substancialmente o número de processos com pendência muito antiga. De facto, dos **809** inquéritos referidos subsistem **59** iniciados em data anterior a 2016.

Em Almodôvar não há inquéritos anteriores a 2016.

Em Beja (DIAP) há **17** inquéritos anteriores a 2016 (todos afectos a uma única Procuradora Adjunta).

Em Cuba há **6** inquéritos.

Em Ferreira do Alentejo há **1** inquérito.

Em Moura há **11** inquéritos.

Em Odemira há **21** inquéritos, embora muitos se encontrem suspensos.

Em Ourique há **2** inquéritos.

Em Serpa há **1** inquérito.

Este ano o objectivo fixado será o de findar todos os inquéritos anteriores a 2016 – objectivo não alcançado no ano transacto, apesar dos esforços realizados - e, pelo menos, **50%** dos iniciados em 2016.

Continuaremos a monitorizar o comportamento da Comarca e das várias Procuradorias.

Contudo, importa referir algo que escapa ao controlo do Coordenador da Comarca e poderá vir a comprometer o esforço que vem sendo desenvolvido.

No momento em que redigimos este relatório a Comarca de Beja está na iminência de ficar privada de dois magistrados – Beja e Moura – não sendo certo que qualquer dessas faltas possam vir a ser colmatadas por elementos oriundos do quadro complementar, por manifesta escassez de recursos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Esta situação – que é uma constante desde, pelo menos, o início da reforma (2014) - se não for obviada, colocará em causa algumas das medidas que pensávamos implementar tendo em vista a recuperação de alguns processos mais atrasados – caso precisamente de Moura... - com repercussões nas Procuradorias que vierem a ser atingidas pelas medidas gestionárias de afectação e reafectação de processos.

Continuar-nos-emos, contudo, a bater pela diminuição significativa do número de inquéritos pendentes há mais de 8 meses e a consequente alteração da relação existente no número global de processos, pese embora a melhoria – tímida – que vem ocorrendo.

*

Ainda sobre a jurisdição de família e menores que constitui, a par da investigação criminal e da jurisdição laboral, uma das “pedras de toque” de avaliação da qualidade de intervenção do Ministério Público.

Continuaram a verificar-se ganhos de eficácia significativos, como demonstra a análise dos mapas anexos relativos a esta jurisdição.

Como tínhamos assinalado nos anteriores relatórios e veio a confirmar-se, ocorreu uma sensível melhoria no relacionamento e intervenção nas CPCJ,s.

*

A jurisdição de trabalho continua a funcionar com inteira normalidade. O serviço do Ministério Público é assegurado atempadamente e com qualidade, tendo a sr^a Procuradora apresentado um desempenho claramente satisfatório.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

III

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS FIXADOS PARA O ANO, PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES QUE DELA DECORRAM.

A

A proposta de objectivos processuais definida para 2018 incidu sobre todas as áreas estratégicas contidas no plano de Objectivos estratégicos trianuais e anuais traçado pela Procuradoria-Geral da República.

No momento em que redigimos este relatório desconhece-se o plano de Objectivos para o ano de 2019.

Apesar desta limitação e não podendo apresentar elementos concretos (quantificáveis) sobre o grau de cumprimento de alguns objectivos – por não serem quantificáveis e definidos de forma genérica, poderemos tecer várias considerações de ordem genérica, as quais, aliás, repetem ideias já expressas em relatórios anteriores.

Domínios como os da corrupção e criminalidade económico-financeira; do cibercrime e prova digital; no domínio do terrorismo; da recuperação de activos; ambiente e urbanismo; direitos dos consumidores; direitos humanos; cooperação judiciária internacional continuam – tal como em 2016/2017 - a não ter expressão visível na economia global do trabalho desenvolvido na Comarca.

Dissemos ainda:

“Não possuímos informação suficiente – por não existir fonte onde possa ser recolhida, dada a inexistência ou irrelevância deste tipo de criminalidade em Beja – que nos habilite a fornecer elementos que corroborem ou infirmem o cumprimento das metas traçadas”.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Mantemos tudo o que foi dito por não existirem alterações dignas de menção.

O fenómeno da **violência doméstica** continua a merecer a maior atenção por parte dos senhores magistrados em cumprimento dos objectivos traçados.

Trata-se de um fenómeno que se integra em processo que, sendo **prioritário**, é dada preferência no seu tratamento, o que implica uma maior celeridade nos procedimentos, por um lado e um maior rigor nas medidas de coacção. A articulação com os OPC,s, quer no tempo de intervenção, quer no apoio à vítima, embora nem sempre decorra da melhor forma – há a tendência para considerar tudo violência doméstica – também vem a ser feita com progressos notórios.

Os critérios definidores de um efectivo **apoio às vítimas** de crime, contido no catálogo de direitos mencionado na nossa proposta, é do conhecimento dos magistrados e, de acordo com as informações prestadas pelas instâncias, tem sido cumprido com regularidade.

Constata-se, porém – e lamentavelmente – uma única excepção.

No DIAP de Beja e durante o período de ausência da magistrada que se encontra suspensa, os magistrados que assumiram, provisoriamente, funções quanto aos processos urgentes e prioritários que estavam distribuídos a essa colega, vêm constatando erros, omissões e atrasos injustificáveis – que o processo inspectivo identificou mas que, após ele, se foram renovando – numa clara demonstração de que não estão reunidas condições para que a situação se altere quando – e se – a referida magistrada retomar o serviço.

Os objectivos traçados para a área dos **direitos das crianças de jovens** orientavam-se por dois factores – procedimental e institucional -.

Esta área sofreu alterações significativas a nível estrutural, implicando a dispersão de competências dos diversos actores.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

As alterações introduzidas na organização do trabalho nesta jurisdição, nomeadamente com a nomeação de uma coordenação sectorial, permitiram um controlo mais assíduo da intervenção dos restantes magistrados com competência nesta jurisdição e uma maior uniformização dos procedimentos.

Espera-se que os ganhos em termos de qualidade no que respeita à intervenção do Ministério Público, que já eram visíveis, se mantenham e reforcem.

Embora o juízo central de família e menores concentre a maior parte do esforço relativamente à totalidade dos processos tramitados em toda a Comarca de Beja, não é despicienda a existência de uma coordenação que centralize a informação e projecte a intervenção dos vários magistrados de forma a conferir eficácia e coerência à sua actuação.

Confirmaram-se as primeiras impressões, referidas no relatório anterior, quanto à qualidade do trabalho do funcionário afecto ao Ministério Público neste juízo especializado.

Quanto à avaliação no domínio dos **direitos dos idosos** dissemos o seguinte:

“ela terá de ser realizada em conjugação com a problemática da violência doméstica e dentro de uma perspectiva semelhante, uma vez que não lográmos autonomizar uma especificidade relativamente a outras situações já tipificadas.

A escassez de meios com que se debate a Segurança Social impede qualquer tentativa de estabelecer protocolos de entendimento, reservando a sua intervenção para situações a jusante, isto é, depois dos acontecimentos se terem verificado e, mesmo assim, com atrasos consideráveis”.

Mantém-se todas as considerações atrás referidas.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

De igual forma, no domínio dos **direitos dos trabalhadores**, mantém-se todas as considerações feitas em relatórios anteriores.

A preponderância da actividade do Ministério Público é manifesta e continua em patamares bastante elevados. Os mapas que se anexam a este relatório, demonstram o cumprimento, sem demissões, das tarefas cometidas.

A articulação com as instâncias administrativas continua a ser ainda uma “zona” não totalmente controlada.

Permanece deficiente.

O relacionamento com a ACT, nomeadamente, mantém-se em patamares idênticos.

É um domínio irredutível.

B

A **igualdade do cidadão perante a Lei**, continua a ser potenciada mediante a utilização dos mecanismos já referidas em comunicações anteriores, nomeadamente através da padronização e intensificação do recurso aos mecanismos de consenso e simplificação para situações tipo - crimes estradais designadamente -.

Sobre a **harmonização da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias**, pelos motivos já apontados anteriormente, situa-se num grau de intervenção limitado.

Na verdade, como já foi referido em momentos anteriores as instâncias funcionam, quase todas, apenas com um magistrado que assegura a tramitação do processo de princípio ao fim. De qualquer modo foram estabelecidos mecanismos de comunicação e troca de informações, sobretudo entre a fase de investigação, a instância central criminal e a



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

instância de família e menores e também entre a jurisdição de trabalho e a secção cível (insolvências e reclamações de créditos).

No juízo central cível/criminal, por exemplo, o senhor Procurador da República - onde a questão se poderá colocar com mais acuidade - manifestou-me plena satisfação com a actuação dos demais colegas.

Atento o número relativamente reduzido de pendências nas várias Procuradorias, o Ministério Público consegue manter um **controlo efectivo do inquérito**, ainda que deferindo em muitos casos a competência para a investigação nos OPC,s.

Continua a não ser viável realizar a maior parte dos actos de inquérito nas secções de processo única forma de garantir, quase a 100%, a sua direcção efectiva. Só três Procuradorias (continuam a ser apenas três, apesar do recente movimento), em toda a Comarca, estão preenchidas com funcionários afectos ao Ministério Público - vd, quadro supra - e nem todas têm o seu quadro completo. Todas as outras estão providas com funcionários oriundos das secretarias, com pouco conhecimento do serviço do Ministério público, pouco motivados e sem perspectivas de aí singrar.

A **articulação com os órgãos de polícia criminal** continua a ser feita de modo incipiente, permanecendo de forma atomizada, com excepção para as situações de violência doméstica onde são estabelecidos, através de canais pré-constituídos, procedimentos e formas de articulação com os departamentos especializados da GNR e da PSP.

Conjuntamente com os Comandos da GNR e PSP organiza-se no início de cada ano judicial uma reunião de trabalho, que serve não só para debater as questões mais controversas e frequentes que os participantes julgam necessário levar a debate, mas também para familiarizar os novos magistrados com as problemáticas com maior incidência na Comarca e soluções já implementadas.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Encontra-se marcada uma reunião, para o próximo dia 1 de Março, entre os magistrados do Ministério Público afectos à investigação criminal e os OPC;s da Comarca.

O atendimento ao público é – sempre foi – feito exclusivamente por magistrado em todas as jurisdições. Não há atendimento feito por funcionário, excepto em situações excepcionais de ausência ou impedimento duradouro.

O atendimento na jurisdição de família e menores para além de continuar a ser realizado em todas as Procuradorias, passou a ser realizado, de forma especializada nas Procuradorias de Almodôvar, Moura e Ourique.

C

A decisão de mérito em tempo útil

Continua aquém dos objectivos traçados.

Embora se verifique uma melhoria em algumas Procuradorias, outras há – Beja (pelos motivos já expostos) e Moura, por exemplo, em que os resultados não se podem ser classificados de bons.

Ainda se verifica uma percentagem excessiva de inquéritos pendentes há mais de 8 meses - há no entanto, como referimos supra, uma alteração qualitativa na composição deste núcleo de inquéritos que faz com que o número de processos entrados em data anterior a 2016 não seja relevante relativamente ao número global. De facto, foi possível terminar um conjunto importante de processos que estavam pendentes há vários anos – alguns com datas de entrada de 2012 e 2013 – o que revela um esforço assinalável da parte dos magistrados da Comarca.

Apesar disso, mantém-se todos os constrangimentos anteriormente referidos:

os sr.s Procuradores lamentam-se da falta de meios – técnicos e humanos – da morosidade da actuação dos OPC,s – que por sua vez se lamentam da falta de recursos – e da falta de resposta técnica em perícias –



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

contabilísticas, informáticas, à letra, etc – fundamentais para a decisão final.

D

No capítulo relativo à qualidade organizacional e, mais concretamente, sobre a **política de comunicação; e gestão do portal do Ministério Público na Comarca** conseguimos introduzir uma dinâmica diferente e que se traduziu numa actividade mais intensa com a divulgação dos aspectos mais relevantes da actividade do Ministério Público na Comarca, nomeadamente na área criminal onde essa actividade é mais visível e desperta um maior interesse.

IV

**PROPOSTA FUNDAMENTADA DE OBJECTIVOS PARA
O ANO JUDICIAL DE 2019**

Este item do presente relatório está limitado pela ausência de definição dos Objectivos Processuais Nacionais pelo que apenas poderemos adiantar algumas ideias, tendo em consideração as áreas tipo de projectos anteriores.

*

Qualidade na acção: Coordenação

1 - Como se referiu na proposta do ano 2016/2017 o reforço da intervenção do Magistrado Coordenador na promoção da agilização e articulação da actividade dos magistrados da Comarca tem de passar em primeiro lugar pela realização de reuniões periódicas e, num segundo plano, pela definição de instrumentos de actuação que promovam a articulação dentro das várias jurisdições.

Dissemos então:



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

a) na jurisdição penal – irá ser agendada até ao final do ano uma reunião que envolverá todos os magistrados com intervenção na investigação criminal, no sentido de criar uma rede de contactos informal de partilha de informação que, a partir de temas previamente seleccionados, designadamente;

- violência doméstica, medidas de coacção e protecção da vítima; cibercriminalidade e práticas na recolha de prova; práticas e critérios no âmbito dos institutos de simplificação processual; harmonização dos procedimentos (prazos, recolha de prova, etc.) quando da delegação de poderes nos OPC,s para a investigação; controlo efectivo do inquérito, ainda que a investigação tenha sido delegada, mediante concretização no despacho inicial dos factos a investigar, provas a recolher e prazo para as concretizar.

Propomo-nos dinamizar este processo através de reuniões periódicas nas quais sejam apresentados os resultados concretos alcançados e sugeridas as alterações que forem adequadas.

b) na jurisdição de família e menores – as alterações introduzidas à LOSJ – Lei nº 40-A/2016 de 22 de Dezembro – com a inerente redistribuição de competências por várias Procuradorias, impõe um novo paradigma de intervenção da Coordenação. A existência de diferentes pólos de intervenção, com competências exactamente idênticas, tem exigido um esforço de articulação entre todos no sentido de estabelecer uma rede de transmissão de dados e experiências, que permitam a troca de ideias e a harmonização dos procedimentos.

2 – O Ministério Público desempenha um papel activo nos órgãos de gestão da Comarca, como vem acontecendo desde o início da reforma.

Quanto ao **Conselho de Gestão** mantém-se todas as considerações constantes do relatório anterior.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Continua a existir um excelente relacionamento entre todos os membros e preside à sua actividade um espírito de franqueza, lealdade e cooperação que tem permitido superar as insuficiências – de infra-estruturas e funcionários nomeadamente - com que a Comarca se debate.

Quanto à intervenção no **Conselho Consultivo** que se reuniu pela primeira vez no dia 14 de Fevereiro, com todos os elementos eleitos e outros representantes por inerência, a situação é em tudo idêntica à já referida anteriormente.

Atenta a natureza deste órgão, consuma-se na comunicação da actividade relevante do Ministério Público na Comarca, a inventariação das dificuldades e obstáculos à sua actuação – com especial acuidade, como referimos, para a ausência de funcionários do quadro.

3 – São fundamentalmente três as áreas onde é necessário potenciar a articulação e coordenação entre as jurisdições.

Na **jurisdição penal**, a coordenação operar-se-á através de reuniões entre os magistrados com competência na área da investigação criminal e o senhor Procurador da República no juízo central cível/criminal.

Não vimos até ao momento necessidade de sistematizar em instrumento hierárquico fórmulas específicas de entendimento e comunicação dada a quase inexistência de situações passíveis de correcção, pelo que me vem sendo reportado.

Todavia, concretizando um pouco mais onde é possível e sem embargo de tais propostas terem o seu lugar próprio em sede de Objectivos Processuais, poderemos adiantar desde já o seguinte em matéria de investigação criminal:

a) O primeiro objectivo em matéria de investigação criminal será o de terminar o ano judicial com um saldo positivo de inquéritos, da seguinte forma: o número de processos pendentes em 31/12/19 terá de ser inferior em cerca de **8%** ao número de processos pendentes em 1/1/19.

b) A percentagem de inquéritos pendentes há mais de 8 meses não deverá representar mais que **25%** da totalidade de processos pendentes em 31 de Dezembro.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

c) Em 31 de Dezembro todos os inquéritos cuja data de autuação seja **anterior a 2016** deverão estar findos.

d) Pelo menos **50%** dos inquéritos com data de autuação de 2016 terão de estar findos em 31 de Dezembro.

e) O uso de **formas processuais simplificadas** – processo abreviado, sumaríssimo e artº 16º nº 3 do CPP – deverá ser intensificado.

f) O recurso ao mecanismo previsto no **artº 281º do CPP** deverá ser intensificado, abrangendo situações de criminalidade de menor relevância e onde os antecedentes criminais do arguido o justifiquem.

Na **jurisdição de família e menores**, deverá ser dada continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela srª Procuradora da República no respectivo juízo central e coordenadora sectorial, tendo em vista a identificação de práticas erradas e a harmonização dos procedimentos, mormente na articulação com a jurisdição criminal – por exemplo; nos casos de violência doméstica, de abuso sexual de menores, de abandono, etc. - por forma a criar uma interacção entre todos os intervenientes e que permita o tratamento do assunto nas suas várias perspectivas.

Na **jurisdição de trabalho**, esse trabalho de articulação incide sobre duas vertentes – **criminal** – na denúncia de situações susceptíveis de integrar práticas delituosas, com comunicação aos departamentos respectivos. **Cível** – com a representação dos trabalhadores mormente em casos de reclamação de créditos em processos de insolvência, sendo conhecidos os procedimentos para o desencadear das acções necessárias.

Qualidade na acção: Reforço da direcção efectiva do inquérito:

Embora o reforço da direcção efectiva do inquérito se optimize quando o magistrado assume pessoalmente o seu controlo, tal nem sempre é possível, por vários motivos – insuficiência qualitativa e quantitativa do quadro de funcionários das Procuradorias, ausências reiteradas de alguns quadros por motivos de ordem pessoal (baixas prolongadas, por exemplo) – pelo que terá de ser encontrado um ponto de equilíbrio entre as exigências



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

de uma intervenção mais actuante e as carências e instabilidade do quadro de magistrados da Comarca.

Desde logo em Beja não existe qualquer departamento especializado para a investigação criminal. Não há sequer magistrados afectos exclusivamente à investigação criminal. Não existe uma única secção especializada quer para a investigação da criminalidade mais grave ou complexa, que para uma determinada realidade criminal – violência doméstica, por exemplo -.

Não há e enquanto o quadro de magistrados for aquele que é, não haverá.

Não será mesmo possível concentrar a investigação de determinados fenómenos criminais – cibercriminalidade, violência doméstica, por exemplo – num único magistrado (ou em dois), não só por a exiguidade do efectivo ser o que é, mas também pelas dificuldades em compatibilizar a gestão do inquérito feita pelo Ministério Público com a necessária – e inevitável – intervenção do JIC.

Que em Beja não existe.

Como dissemos em ocasiões anteriores e por várias vezes:

*“seria útil e com forte probabilidade de ganho em termos de eficiência da investigação, celeridade nos procedimentos e eficácia dos resultados finais que, para algumas realidades criminais - violência doméstica, abusos sexuais de crianças, cibercriminalidade, criminalidade económico-financeira, nomeadamente – fosse criada uma secção especializada centralizada com competência em toda a Comarca, dotada de **um magistrado** – não mais que isso – que lhe estaria exclusivamente afecto e que realizaria a investigação desta criminalidade. Para além da vantagem da especialização – **três ou quatro tipos criminais** constituiriam o seu “património” – esta solução permitiria a uniformização dos procedimentos investigatórios, o estabelecimento de regras de actuação idênticas com todos os OPC,s, maior celeridade na actuação e, certamente, a substancial melhoria dos resultados, quer em termos repressivos/punitivos, que em termos de protecção e apoio das vítimas.”*



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Até se atingir esse objectivo a investigação continuará a processar-se nos mesmos moldes.

Qualidade na acção: Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias:

A estrutura da Comarca de Beja não requer a implementação de especiais procedimentos de ligação entre as diferentes fases processuais – mormente no domínio penal – uma vez que na **esmagadora maioria** dos casos o magistrado que investiga no inquérito, participa na instrução e sustenta a acusação em julgamento – e recorre quando é o caso – **é sempre o mesmo**.

Os procedimentos já implementados e que, em muitos aspectos, têm natureza informal, bastando-se com o contacto directo entre o magistrado do juízo central e o responsável pela investigação – afiguram-se-nos adequados e suficientes para assegurar coerência e eficácia ao trabalho desenvolvido.

A este propósito convém referir que o Coordenador da Comarca vem exercendo cumulativamente as funções de coordenador sectorial das diferentes jurisdições. Pelo que muita da articulação e ligação com a hierarquia nessas instâncias passa directamente por si.

Está instituído um sistema de controlo – que será melhorado – de vários aspectos da intervenção do Ministério Público nas diversas jurisdições e que se vem traduzindo no reporte de todas as incidências mais relevantes em tempo útil à Procuradoria Distrital, nomeadamente:

- Na **jurisdição cível**, com o controlo pessoal da intervenção de cada magistrado e interacção posterior com a responsável a nível distrital para a respectiva área, sempre que estejam em causa interesses patrimoniais do Estado, tendo realizado inclusive reuniões de debate e esclarecimento sobre matérias mais específicas.
- Na **jurisdição penal**, monitorizando e informando sobre todas as situações de maior repercussão – propondo o deferimento de competências



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

ao DIAP para certo tipo de criminalidade; controlando e informando sobre o andamento de processos envolvendo agentes de autoridade, etc. que possam afectar o desempenho do Ministério Público.

Por outro lado os magistrados são incentivados a tomar conhecimento das posições assumidas pela hierarquia junto do Tribunal da Relação, nomeadamente quanto a vários aspectos dogmáticos – recolha de prova, localização celular, recolha de dados de tráfego (processo recente) – e a contactar directamente os colegas junto dos Tribunais superiores, sempre que surjam dúvidas sobre a posição sustentada pelo Ministério Público.

Qualidade na acção: Valorização da intervenção em julgamento

A intervenção em julgamento dos magistrados do Ministério Público continua a apresentar índices de qualidade que se poderão medir através da análise de dados objectivos. A prestação dos magistrados no ano 2018 permitiu obter resultados muito satisfatórios comprovando que, quer o trabalho realizado em sede de investigação, quer o desempenho em julgamento se pautaram por níveis de exigência e qualidade.

Na realidade e de acordo com os dados que retirámos do sistema temos o seguinte:

a) Em toda a Comarca e no período de 1 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018 foram realizados **829** (oitocentos e vinte e nove) julgamentos em processo-crime.

b) assim discriminados:

- **488** (quatrocentos e oitenta e oito) comuns singulares
- **39** (trinta e nove) comuns colectivos
- **171** (cento e setenta e um) sumários
- **71** (setenta e um) sumaríssimos
- **60** (sessenta) abreviados

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo sistema terão ocorrido **114** (cento e catorze) absolvições.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Este número, em bruto e sem o tratamento que explicitaremos, já dá uma ideia aproximada da “performance” registada no que concerne ao grau de exigência no desempenho do Ministério Público em sede de julgamento – percentagem de **13,75%** de absolvições – e que traduz uma melhoria relativamente ao ano transacto. Todavia, como o sistema não consegue isolar as absolvições “puras”, isto é, os processos onde se registou um “decaimento” total – por exemplo, basta que num processo com **5 arguidos** só **um** deles tenha sido absolvido para que esse facto seja registado como uma absolvição – é previsível que a percentagem de “insucessos” seja ainda **substancialmente inferior**.

No entanto, apesar do optimismo com que se pode encarar esta faceta da actuação do Ministério Público em Beja e considerando que foram aqui colocados magistrados cujo perfil ainda não conhecemos, continuaremos a proceder periodicamente a uma análise através do sistema informático, por amostragem, da intervenção de cada magistrado em julgamento, quer no processo de inquirição, quer em alegação final.

Celeridade: Decisão de mérito em tempo útil

1 – No dia 31 de Janeiro de 2019 realizou-se uma reunião de trabalho com todos os magistrados em funções na Comarca a qual, apesar de ainda não ter sido possível proceder a uma análise aprofundada dos Objectivos Processuais fixados para o ano judicial em curso, foi aproveitada para debater algumas ideias que acabarão por encontrar consagração nessa sede e no momento próprios, com especial ênfase na aplicação dos institutos de simplificação processual.

Sendo certo que o desempenho sobre o qual se pode agora fazer uma reflexão não poderá ser imputado aos recém-empossados, importará fazer desde já um balanço provisório, para avaliar do grau de cumprimento dos objectivos fixados e estabelecer as bases para os objectivos de 2019.

Assim, no período de 1 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018 foram recolhidos indícios para acusar em **937 inquéritos**.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Os mecanismos de simplificação processual, no seu conjunto, foram utilizados em **464 ocasiões – 49,52%** -

No que respeita à utilização do mecanismo previsto no artº 16º nº 3 do CPP os resultados continuam bastante bons embora inferiores aos do ano transacto. Do total de **118** (cento e dezoito) processos que deveriam ser da competência do Tribunal Colectivo em **81** (oitenta e um) foi utilizado o mecanismo do artº 16º nº 3 o que se traduz numa percentagem de **68,64%**, ligeiramente abaixo do valor (optimista) fixado que era de **80%**.

Este número deverá ser actualizado para valores mais realistas – **75%** para 2019.

Haverá ainda a referir que o recurso ao processo sumaríssimo ocorreu em **67** (sessenta e sete) ocasiões e ao processo abreviado em **38** (trinta e oito) ocasiões.

Uma análise de conjunto permite-nos concluir que o recurso aos mecanismos de simplificação é procedimento consolidado, faz parte integrante do “modus operandi” de cada magistrado e obedece a padrões uniformes com garantias de equidade.

2 – Mantém-se todas as considerações feitas em momentos anteriores sobre a adesão e oportunidade da utilização do mecanismo da suspensão provisória do processo – **278** casos em 2018, para **201** do período anterior – e

“ausência de rejeição por parte do Juiz (já reportada em documento anterior) bem como o sucesso da medida proposta, tendo em conta a uniformidade de critérios no que concerne à selecção da realidade criminal, na escolha das situações e das injunções – de natureza pecuniária na sua maioria – bem como do perfil do arguido e pela análise de algumas situações aleatoriamente escolhidas, somos levados a concluir que as decisões estão bem fundamentadas, de facto e de direito e as injunções equilibradas e correctamente distribuídas – por exemplo; na sinistralidade rodoviária os magistrados têm dado preferência a associações de bombeiros; nos crimes contra animais a associações de



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

defesa animal; nos crimes de violência doméstica de baixa intensidade ou por sugestão da vítima a associações de apoio à vítima, etc.”

Em suma: a qualidade da intervenção é bastante boa, sendo apenas necessário acompanhar o desempenho dos (novos) magistrados até formar uma convicção.

Como se referiu anteriormente o recurso ao processo sumaríssimo ocorreu em **67** ocasiões.

A base de dados da suspensão provisória do processo continua a ser preenchida correctamente pelos senhores magistrados, não tendo registado situações de incumprimento.

3 – Renovam-se ciclicamente os constrangimentos denunciados em relatórios anteriores.

Em 2016/2017 dissemos:

“Apesar das vicissitudes que a Procuradoria de Beja esteve sujeita desde Novembro de 2016 a Março de 2017, com a ausência não colmatada da sr^a Procuradora Adjunta de Moura, com implicações nessa Procuradoria e nas Procuradorias de Serpa, Ferreira do Alentejo e Almodôvar, apesar desses constrangimentos, continuam a não ocorrer situações de pendências excessivas que justifiquem a adopção de especiais medidas de gestão quer processual, que de recursos humanos. Considerando o volume actual de serviço e o fluxo de entradas, estamos convictos – e sem embargo de ser necessário mais algum tempo para avaliar o mérito nos novos magistrados – que os titulares dos lugares têm o dever de assegurar, sem sobressaltos, todo o serviço distribuído e a distribuir em cada Procuradoria e garantir o cumprimento das metas propostas.”

No ano de 2018 ocorreram novos constrangimentos em Cuba e Ourique, sendo que nesta última, pelo menos e de forma contínua desde finais de Outubro, a falta da senhora Procuradora Adjunta não chegou a ser colmatada.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

II

Áreas Prioritárias

Protecção das Vítimas

1 – Em 2018 foi dada continuidade à actuação que já vinha sendo implementada, que é espelhada no relatório antecedente e que estava contida na proposta de Objectivos para esse ano.

Continuará a ser dada especial atenção a situações de vulnerabilidade e constrangimento – vítimas de violência doméstica, abusos sexuais de crianças e ofensas visando pessoas idosas -.

Nomeadamente e como então foi preconizado, no que concerne à informação a prestar à vítima no primeiro contacto com as instâncias formais de controlo; à tutela judicial e policial; à garantia da privacidade na recolha de dados e à utilização intensiva dos mecanismos processuais previstos na lei – audição na ausência do agressor; por teleconferência, para memória futura -.

Iremos renovar junto dos novos magistrados todas as recomendações anteriormente feitas, nomeadamente quanto à escolha de medidas de coacção centradas na protecção da vítima – nos casos de violência doméstica, v.g., promover o afastamento do agressor e a proibição de contactos de forma sistemática – nas agressões a idosos estabelecer procedimentos que aligeirem a comunicação com as instâncias formais extra-judiciais – segurança social, v.g. – por forma a acelerar a sua intervenção.

Tomar especial atenção à recolha de prova testemunhal, promovendo a recolha de depoimento para memória futura a fim de evitar a repetição de actos, o confronto com o agressor e as constantes deslocações ao Tribunal.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Direitos das crianças e jovens

Sobre esta matéria e não tendo ainda sido estabelecidos os objectivos específicos para esta jurisdição, considerando que pretendemos obter o contributo – que se nos afigura de especial relevância – da senhora Procuradora da República com funções de coordenação nesta área, relegaremos para essa sede a definição das formas de intervenção do Ministério Público.

Porém, não havendo que operar um corte radical com tudo o que já foi feito, poder-se-á dizer o seguinte:

1 – O atendimento ao público continuará a desenvolver-se nos moldes em que já decorria, em face dos resultados obtidos, isto é: para além do atendimento especializado que é levado a cabo em todas as Procuradorias com competência nesta área, todas as demais Procuradorias continuarão a realizar atendimento na jurisdição de menores. Esse atendimento deverá ser – como sempre foi até agora – personalizado, feito pelo próprio magistrado. Os moldes e limites que deverá assumir competirá à senhora Procuradora definir. Deverão ser mantidos e reforçados os canais de comunicação entre todos os magistrados e especialmente entre aqueles que recebem a notícia e aqueles a quem o processo deverá ser deferido por efeito da distribuição de competência.

2 – Quanto à interacção com as CPCJ,s terá de ser melhorada e incrementada, apesar das dificuldades que o seu elevado número e as distâncias a percorrer impõem. Competirá também, em conjunto com a magistrada coordenadora definir a melhor forma de corporizar esta interacção, mormente:

- no agendamento das reuniões.
- na assiduidade da intervenção do Ministério Público nas reuniões periódicas.
- na correcção de irregularidades e na eficácia e celeridade dos processos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

- na tipificação das situações em que o Ministério Público deva intervir.

- no estabelecimento de canais informais de contacto e troca de informações.

Quanto à articulação com as instituições de assessoria e apoio – em Beja apenas a Segurança Social/EMAT e a DGRSP – continua a processar-se em moldes idênticos com alterações, para melhor, no relacionamento com a DGRSP, cuja actuação tem vindo a apresentar índices de eficácia, produtividade e celeridade mais positivos.

3 – Continuamos a acompanhar a evolução da intervenção institucional das entidades externas, criada pela Lei nº 141/15 de 8 de Setembro, nomeadamente a assessoria técnica e mediação, sem detectarmos alterações sensíveis ao seu padrão de comportamento. E aos resultados produzidos.

Na verdade, tal como se referiu anteriormente, a **assessoria técnica** continua a contribuir de forma muito positiva para alcançar a solução consensual dos litígios, contribuindo para incrementar a dinâmica de actuação do Tribunal. Todavia, mantém-se os constrangimentos supra-referidos – escassez de meios técnicos e humanos – uma vez que as técnicas que prestam apoio - técnicas da Segurança Social - são as mesmas que têm de assegurar uma pluralidade de intervenções nos mais variados domínios.

Quanto à **mediação** a sua incidência prática continua próxima do zero.

Direitos dos Trabalhadores

1 – A situação é em tudo idêntica àquela que foi descrita no relatório anterior.

Os resultados obtidos – e que já vêm de um tempo anterior à reforma – justificam que não se introduzam grandes mudanças nos métodos de



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

trabalho. De facto, o atendimento ao público é feito – como sempre foi – **pessoalmente** pela senhora Procuradora da República em dia próprio para o efeito, mas sem embargo da atenção devida a situações urgentes – sinistralidade laboral, despedimento lícito, etc. – que são atendidas independentemente do dia da semana.

Por outro lado não há – como nunca houve – “listas de espera” no atendimento em Beja não existindo, salvo raras situações de grande afluência, “numerus clausus” quanto ao número de pessoas a atender no dia reservado para o efeito.

2 – Também neste domínio - já o dissemos - não é necessário criar mecanismos novos de melhoramento dos procedimentos seguidos. O Ministério Público em Beja assegurou sempre a maioria da representação dos trabalhadores nas acções emergentes de contrato de trabalho, fosse qual fosse a natureza dos pedidos – desde a simples reclamação de dias de trabalho não pago, passando pela impugnação de despedimento, até à contabilização e reclamação de trabalho suplementar, etc. -. Nunca foi prática do Ministério Público no Tribunal de Trabalho de Beja enviar o trabalhador para o sistema de apoio judiciário, com nomeação de patrono, assumindo, pelo contrário a maioria dos patrocínios.

E assim se trabalha ainda hoje.

3 – Há procedimentos estabelecidos para a comunicação entre a Procuradoria de trabalho e as demais Procuradorias com competência na área cível nos casos de insolvência e recuperação de empresas – muito escassos actualmente – em que estejam em causa os direitos dos trabalhadores.

Esses são cada vez mais raros mas os magistrados estão alertados para os procedimentos e legitimidade que lhes advém nestas situações. Quanto muito apenas será necessário renovar esse conhecimento, face à nova realidade humana pós movimento.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Jurisdição Cível

1 - A intervenção do Ministério Público no âmbito da jurisdição cível mantem-se em níveis muito baixos na Comarca de Beja, tal como foi reportado em relatórios anteriores.

No âmbito do contencioso patrimonial do Estado há apenas a registar **duas** acções propostas pelo Ministério Público.

Foi contestada **uma**.

A qualidade técnica das intervenções do Ministério Público é assegurada pela cadeia hierárquica - quer em primeira linha com intervenção do Coordenador, quer em segunda linha através do contacto permanente com a responsável para a área respectiva junto da Procuradoria Distrital – exercendo-se um controlo sobre toda a fase que precede a apresentação do respectivo articulado, nomeadamente na recolha de prova e no contacto com o departamento estadual competente.

No sentido de desburocratizar, simplificar e acelerar o tempo de intervenção – prática difícil sempre que é necessário contactar a administração central - recomendou-se aos senhores Procuradores o estabelecimento de vias informais de contacto com os agentes públicos, personalizando em um ou dois funcionários – via telefónica ou por mail – o fluxo de informação, designadamente na recolha de prova, fornecimento de documentação, liquidação e pagamento de taxa de justiça, etc.

2 – Foram interpostas **duas** providências cautelares no âmbito da defesa de interesses difusos – património cultural.

3 - As acções de interdição e inhabilitação – aquelas sobretudo – continuam em crescendo, tendo sido propostas, no período de referência, **269** (duzentas e sessenta e nove) **acções** o que traduz, relativamente ao período anterior (80), um aumento de **336%!**.

Trata-se de um segmento de actividade em que o Ministério Público tem estado particularmente activo. Existe uma grande interacção com a



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE BEJA
Coordenação

Segurança Social e diversas instituições de acolhimento, interacção essa da qual vem resultando uma cada vez maior intervenção.

Jurisdição de Comércio

Os procedimentos propostos para esta jurisdição, que não existe formalmente individualizada na Comarca de Beja, já se encontram descritos no item referente à jurisdição de trabalho, dada a conexão entre as respectivas matérias e a perspectiva com que são tratadas. No período que tomámos em referência a senhora Procuradora da República, em função de procedimentos já estabelecidos, promoveu a intervenção da jurisdição do comércio/cível em três ocasiões, tendo o patrocínio dos trabalhadores sido assegurado.

Beja, 25 de Fevereiro de 2019

O Magistrado do Ministério Público Coordenador

(José Bernardo Almeida Marujo)